



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

ANEXO III.C – DIRETRIZES MANDATÓRIAS DE CONVIVÊNCIA COM A CPTM, METRÔ, MRS E OUTRAS CONCESSIONÁRIAS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

PARTE I – CONSIDERAÇÕES GERAIS

PARTE II – DESCRIÇÃO FÍSICO-OPERACIONAL DAS ESTAÇÕES E DOS TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO

PARTE III – DIRETRIZES MANDATÓRIAS DE CONVIVÊNCIA COM A ELETROMÍDIA

PARTE IV – DIRETRIZES MANDATÓRIAS DE CONVIVÊNCIA PARA OPERAÇÃO DO EXPRESSO TURÍSTICO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

SUMÁRIO

PARTE I – CONSIDERAÇÕES GERAIS	4
1. DEFINIÇÕES.....	4
2. OBJETIVOS	4
3. DIRETRIZES GERAIS	5
4. REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA	9
PARTE II – DESCRIÇÃO FÍSICO-OPERACIONAL DAS ESTAÇÕES E DOS TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO.....	12
5. INTEGRAÇÃO METROFERROVIÁRIA EM ESPÉCIE.....	12
6. INTEGRAÇÃO COM TERMINAIS DE ÔNIBUS, BICICLETÁRIOS E CONVÊNIO PAESE	14
7. CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CELEBRADOS COM OS MUNICÍPIOS, DEMAIS ENTES FEDERATIVOS, AUTARQUIAS E OUTROS.....	15
8. QUADRO RESUMO DAS INTEGRAÇÕES	16
PARTE III – DIRETRIZES MANDATÓRIAS DE CONVIVÊNCIA COM A ELETROMÍDIA	18
9. DIRETRIZES GERAIS SOBRE O CONTRATO ELETROMÍDIA	18
10. RESPONSABILIDADES DAS PARTES INTERESSADAS	19
PARTE IV – DIRETRIZES MANDATÓRIAS DE CONVIVÊNCIA PARA OPERAÇÃO DO EXPRESSO TURÍSTICO ...	24
11. OBJETIVO	24
12. CARACTERÍSTICAS DO EXPRESSO TURÍSTICO	24
13. PLANO DE SOCORRO	25
14. DIVULGAÇÃO	26
15. CONVIVÊNCIA	26
16. VIAGENS ADICIONAIS	26
17. CONTRAPARTIDA ECONÔMICA	26
FIGURAS.....	28

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

PARTE I – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para fins da PARTE I deste ANEXO, os termos abaixo definidos terão o seguinte significado:

PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA	Programas que têm como base os cronogramas das contratadas da CPTM e das demais concessionárias do sistema Metroferroviário, tendo por objeto as atividades relacionadas a obras civis e sistemas a serem desenvolvidas em áreas operacionais, assim como os testes de comissionamento e os repasses operacionais e de manutenção.
MRS	MRS Logística S.A. (concessionária do transporte ferroviário de cargas na malha sudeste)
CONCESSIONÁRIA TIC TRENS S.A. ou TIC EIXO NORTE	CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE, contemplando os SERVIÇOS do Trem EXPRESSO na Ligação São Paulo – Campinas, LINHA 7-Rubi e TIM
VIA MOBILIDADE	Concessionária das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.
VIAQUATRO	Concessionária da Linha 4-Amarela do Sistema de Transporte Metropolitano sobre Trilhos de São Paulo
ELETROMÍDIA	Eletromídia S.A, empresa com a qual a CPTM celebrou o CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL
CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL	Contrato nº 829819806100 celebrado entre CPTM e ELETROMÍDIA para concessão de mídias estáticas e digitais localizadas em trens e estações, inclusive das LINHAS, com duração de 121 meses, constante no ANEXO XII.
EXPRESSO TURÍSTICO	Trem de passageiros operado pela CPTM ou por empresa delegatária de serviços públicos, que opera entre a estação da Luz e Mogi das Cruzes com objetivo turístico e não como solução de mobilidade urbana, cujas características estão descritas no item 12 deste ANEXO.

2. OBJETIVOS

2.1. Este ANEXO tem por objetivo o estabelecimento de diretrizes de convivência entre as PARTES do CONTRATO e terceiros que compartilhem direitos e obrigações relacionados aos SERVIÇOS ou INFRAESTRUTURA EXISTENTE.

2.2. As regras de convivência entre as partes envolvidas na execução de serviços, sistemas e obras serão estabelecidas pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, cuja composição é definida pelo CONTRATO, visando a:

- (i) Viabilizar e organizar a convivência entre as partes afetadas durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL e a FASE DE OPERACIONAL COMERCIAL, no que couber, levando-se em consideração as

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

infraestruturas e instalações existentes e já operacionais e aquelas ainda em implantação pelas concessionárias citadas e, portanto, ainda não operacionais;

- (ii) Compatibilizar os cronogramas das atividades de transferência das infraestruturas e/ou instalações existentes com os das atividades futuramente desenvolvidas para as obras civis e sistemas das instalações nos Complexos Luz, Roosevelt e Engenheiro São Paulo previstas para as LINHAS e para o SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO, e outros equipamentos públicos em implantação pelas demais concessionárias;
- (iii) Integrar e aprimorar esforços e condições de segurança do trabalho, de prevenção de acidentes e gestão de riscos, tanto no ambiente de obra como para os USUÁRIOS em trechos operacionais;
- (iv) Viabilizar diretrizes e ações a serem adotadas visando à mitigação de riscos decorrentes das atividades em regime de convivência; e
- (v) Elaborar procedimentos e regras de convivência entre as partes, sempre que necessário, visando a integração operacional, quando houver, detalhando a forma de acesso, utilização compartilhada das instalações e funcionalidades das oficinas, das estações, bilheterias quando for o caso, vestiários, banheiros, copa e outras dependências necessárias para a plena operação e manutenção das áreas e dos equipamentos.

2.2.1. Para cumprimento dos objetivos previstos neste ANEXO, são apresentadas a seguir as diretrizes que orientarão a convivência entre o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA, a CPTM, o METRÔ, concessionárias de serviço de mobilidade urbana sobre trilhos, a MRS e contratadas de quaisquer destes, ou futuras concessionárias, no que couber a cada uma delas em razão da necessidade de convivência operacional, principalmente nas interfaces da execução das obras civis, instalação dos sistemas, testes, comissionamentos e manutenção, dentre outros.

2.2.2. Tais diretrizes deverão ser desdobradas em procedimentos detalhados após a assinatura do CONTRATO, a partir de reunião a ser convocada pelo PODER CONCEDENTE e CPTM, para organização e melhor desenvolvimento dos serviços e atividades pertinentes às interfaces ao longo do período de transferência da operação das LINHAS, observada a atuação do COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.

3. DIRETRIZES GERAIS

3.1. Os ativos compartilhados observarão às seguintes diretrizes gerais.

- (i) A LINHA 11:
 - a. para fins operacionais, atualmente, está definida sob o trecho entre Luz e Estudantes, sendo que após a FASE PRÉ-OPERACIONAL, operará entre Palmeiras-Barra Funda e Estudantes;
 - b. compartilha com a MRS as vias 3 e 4, no trecho entre a Alameda Nothmann e a estação Brás, e as vias 1 e 3, entre Brás e a Subestação (SE) Engenheiro Sebastião Gualberto;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

- c. compartilha com o SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO as vias 3 e 4, no trecho entre a Alameda Nothmann e a estação Brás, e as vias 1 e 3, entre Brás e a subestação Engenheiro Sebastião Gualberto;
- (ii) A LINHA 12:
- a. para fins operacionais, atualmente, é definida no trecho entre Brás e Calmon Viana;
 - b. compartilha com a MRS as vias 2 e 4, no trecho entre Brás e a subestação Engenheiro Gualberto, e as vias 1 e 2, no trecho entre a subestação Engenheiro Gualberto e Engenheiro Manoel Feio;
 - c. compartilha com o SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO as vias 2 e 4, no trecho entre Brás e a subestação Engenheiro Gualberto, e as vias 1 e 2, no trecho entre a subestação Engenheiro Gualberto e Engenheiro Goulart;
- (iii) A LINHA 13:
- a. para fins operacionais, atualmente, é definida no trecho entre Engenheiro Goulart e o Aeroporto de Guarulhos;
- (iv) O SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO:
- a. para fins operacionais, atualmente, é definido no trecho entre Palmeiras-Barra Funda e Aeroporto de Guarulhos;
 - b. compartilha a Estação Palmeiras-Barra Funda com a Linha 7 – Rubi, sob concessão da Concessionária TIC Trens S.A - TIC Eixo Norte;
 - c. compartilha as vias da LINHA 11 e da LINHA 12 nos trechos mencionados nos incisos i e ii supra, onde também circulam os trens de carga operados pela MRS; e
 - d. compartilha as vias da LINHA 13;
- (v) Nas oficinas do Pátio Lapa e Pátio de Pirituba:
- a. são prestados serviços de manutenção para outras linhas da CPTM, além das LINHAS; e
 - b. deverão ser compartilhadas entre a CPTM, ou suas sucessoras, e a CONCESSIONÁRIA, sob regimento a ser estabelecido pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA por ocasião da efetiva utilização de suas estruturas, de maneira que não existam conflitos, inclusive para o deslocamento das frotas da CPTM ou suas sucessoras, veículos auxiliares e locomotivas, até as instalações das oficinas;
- (vi) Nos Complexos Luz, Roosevelt e Engenheiros São Paulo, bem como do abrigo Lapa, serão compartilhadas valas para manutenção dos MATERIAL RODANTE a cargo do PODER

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

CONCEDENTE e/ou CPTM em razão de contrato por esses firmados, até seu termo final ou sub-rogação, nos termos do CONTRATO;

(vii) O CCO da CPTM no Brás, sob a administração da CONCESSIONÁRIA permanecerá compartilhado com CPTM, sua sucessora ou futura concessionária da Linha 10 e/ou futuras linhas de transportes ferroviário de passageiros;

(viii) A concessionária deverá cumprir o convênio vigente com a MRS, apenso ao ANEXO XII.

3.2. A CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE, a CPTM, o METRÔ, as concessionárias de serviço de mobilidade urbana sobre trilhos, e contratadas de quaisquer destes, ou futuras Concessionárias, no que couber a elas em razão da necessidade de convivência operacional das estruturas a serem compartilhadas, deverão detalhar a interface de operação das estações compartilhadas, definindo as responsabilidades de cada uma, observadas as disposições da PARTE II deste ANEXO.

3.3. No caso de não concordância plena ou parcial aos acordos necessários para solução das interfaces previstas nos itens 2.2.1, 2.2.2 e 3.2, caberá às PARTES a tentativa de resolução e seus encaminhamentos, adotando, no que couber, as diretrizes constantes no Convênio celebrado entre a MRS e a CPTM, apenso ao ANEXO XII, e o disposto no CONTRATO, inclusive quanto às resoluções de divergência em matérias relacionadas ao CONTRATO.

3.4. A convivência entre a CONCESSIONÁRIA e a MRS deverá considerar as condições fixadas no Termo de Compromisso entre STM, MRS e CPTM e no Convênio celebrado entre a MRS e a CPTM relativamente aos trechos da LINHA 11, da LINHA 12 e do SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO mencionados no item 2.2, cujas obrigações e direitos da CPTM serão sub-rogados à CONCESSIONÁRIA.

3.4.1. Para atendimento à obrigação prevista no item 3.3, a CONCESSIONÁRIA e a MRS poderão celebrar instrumento voltado a reger demais compromissos de convivência.

3.4.2. Outros eventuais compartilhamentos de vias de carga e de passageiros dependerão de acertos entre a CONCESSIONÁRIA e a MRS, atendido o regramento do CONTRATO e seus ANEXOS para tanto, devendo ser consideradas as restrições operacionais e técnicas das vias, observando condições constantes do ANEXO III.A.

3.5. O PROJETO CONCEITUAL/REFERENCIAL, prevê, em relação à Base de Manutenção Calmon Viana, áreas disponíveis para instalação de oficinas e/ou abrigos de locomotivas pela CONCESSIONÁRIA, que possui a faculdade de definir os locais para sua instalação. Por sua vez, o PROJETO TIC EIXO NORTE prevê que a CONCESSIONÁRIA TIC TRENS S.A. deverá construir abrigo de locomotivas que poderão ser utilizados para atividades de manutenção, em local pendente de definição pela CPTM. Considerando que existe a possibilidade de a CPTM definir que a instalação de tais abrigos se dê em áreas abrangidas pelas LINHAS, a CONCESSIONÁRIA TIC TRENS S.A. e a CONCESSIONÁRIA deverão interagir para viabilizar o uso compartilhado da área.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

3.5.1. Caso tal fato ocorra, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO devido a quaisquer prejuízos decorrentes do uso compartilhado dos abrigos de locomotivas.

3.6. Na utilização da infraestrutura de manutenção dos pátios Lapa e Pirituba e dos Complexos de Manutenção de Luz, Engenheiro São Paulo e Roosevelt, a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE deverão observar o disposto nesta cláusula.

3.6.1. No uso compartilhado das instalações dos pátios Lapa e Pirituba ou dos Complexos de manutenção Luz, Roosevelt e Engenheiro São Paulo, principalmente considerando a movimentação de trens para os vários tipos de manutenção, e já que esta movimentação, em grande parte dos eventos, deverá ocorrer com trens da CPTM ou suas sucessoras circulando e cruzando as vias da CONCESSIONÁRIA, deverão ser detalhados os procedimentos, devidamente validados pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, cabendo observar os seguintes critérios:

- (i) Fica proibido qualquer trem ou locomotiva da CPTM ou de suas sucessoras compartilhar as vias dos SERVIÇOS das LINHAS, nos períodos de pico, para acesso/saída dos pátios de Lapa e Pirituba e aos Complexos de manutenção Luz, Roosevelt e Engenheiro São Paulo;
- (ii) A elaboração dos procedimentos deverá considerar o menor impacto possível no PLANO DE OFERTA DE LUGARES dos SERVIÇOS das LINHAS, e se impactar, este impacto deverá ser refletido na apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos do ANEXO III.D;
- (iii) Caso seja necessária a realização de qualquer adaptação ou aquisição de equipamentos para permitir o compartilhamento das instalações de Lapa e Pirituba e dos Complexos Luz, Roosevelt e Engenheiro São Paulo, estes serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, observando inclusive todas as normas trabalhistas e ambientais pertinentes.
- (iv) É obrigatório que, mensalmente, e com antecedência mínima definida em procedimento específico, sejam apresentados e registrados no Sistema de Controle da Manutenção, pelos supervisores de manutenção de trens da CONCESSIONÁRIA e ou da CPTM, as respectivas programações de uso das vias e valas dos Pátios Lapa e Pirituba e dos Complexos de Manutenção Luz, Roosevelt e Engenheiro São Paulo, superando-se, desta maneira, eventuais conflitos emergentes ao seguir-se com o procedimento a ser estabelecido entre as partes;
- (v) Estes registros deverão ser, no mínimo, de conhecimento do CCO e das demais supervisões técnicas que utilizam os Pátios e os Complexos de Manutenção;
- (vi) Será garantido à CPTM ou suas sucessoras o acesso às vias desde o km 2+235 até o acesso às edificações do Pátio Lapa e Pirituba e dos Complexos de Manutenção Luz, Roosevelt e Engenheiro São Paulo;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

- (vii) Exceto em circunstância excepcional, as movimentações deverão ocorrer fora do horário de pico, ou seja, no horário de vale ou noturno e finais de semana;
- (viii) A escala de prioridade no uso das vias e valas de manutenção de trens se dará na proporção das frotas que estão registradas nas programações, e será objeto de reuniões de acesso, com a participação de representantes de todas as partes envolvidas.

3.6.2. As áreas de manutenção dos sistemas de via permanente, edificações e eletroeletrônicos do Pátio Lapa deverão ser compartilhadas entre a CONCESSIONÁRIA, a CONCESSIONÁRIA TIC TRENS S.A., a futura Concessionária da Linhas 10-Turquesa e da Linha 14-Onix e a CPTM ou suas sucessoras, sendo esse compartilhamento delimitado, entre outros, por acessos restritos ao pessoal registrado de cada empresa.

3.6.3. Os processos de acessos, rateios de consumo de água, energia, despesas com IPTU, entre outros gastos voltados à operação dos ambientes e ativos por ventura compartilhados, deverão ser acordados e detalhados em procedimentos estabelecidos pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, após a assinatura do CONTRATO, conforme disposto no ANEXO III.B.

3.6.4. O COMITÊ DE CONVIVÊNCIA deverá registrar de situações que envolvam materiais, equipamentos ou bens de pessoas ou empresas terceirizadas, buscando dar ciência aos responsáveis sobre o compartilhamento da infraestrutura em curso e a adequada destinação destes bens.

4. REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA

Considerações gerais

4.1. Na implantação dos EMPREENDIMENTOS, que afetem outras concessionárias, a CPTM ou o METRÔ, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar o respectivo PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA, considerando a minimização dos impactos aos USUÁRIOS e aos serviços prestados pelas partes impactadas, bem como observar os gabaritos mínimos necessários para a continuidade do direito de passagem de concessionárias de carga.

4.1.1. Os PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA serão apresentados ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.

4.1.2. Caberá à CONCESSIONÁRIA a liberação dos acessos para execução de obras ou manutenção de vias à MRS e suas contratadas, acordando procedimentos específicos previamente à liberação de tais acessos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no ANEXO III.A, no Termo de Compromisso celebrado entre a MRS e a STM e no Convênio celebrado entre a MRS e a CPTM, ambos constantes do ANEXO XII.

4.2. As atividades de segurança patrimonial das obras e canteiros relacionados às INTERVENÇÕES será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA e suas contratadas.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

4.2.1.A MRS ou demais entes que convivam operacionalmente em estruturas compartilhadas da CONCESSÃO poderão solicitar apoio de segurança patrimonial à CONCESSIONÁRIA em determinada obra cível que eventualmente lhe couber, desde que suporte seus custos e esteja sob sua responsabilidade.

4.3. Situações eventuais decorrentes da realização das INTERVENÇÕES pelo PODER CONCEDENTE também seguirão as mesmas diretrizes aqui apresentadas, sendo responsabilidade do PODER CONCEDENTE elaborar e apresentar o respectivo PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA e garantir aderência da conduta de seus subcontratados às diretrizes estabelecidas pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.

4.3.1.Fará parte do PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA para as obras das INTERVENÇÕES, a regulamentação da disponibilização, pela CONCESSIONÁRIA, e da forma de acesso pelo PODER CONCEDENTE de infraestrutura necessária para realização das atividades, como por exemplo, área de apoio para guarda de materiais, sanitários e estacionamento de veículos.

Requisitos do PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA

4.4. Nos PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA serão levados em consideração e pactuados:

- (i) Serviços a serem executados;
- (ii) Prazo de execução;
- (iii) Limites com as áreas operacionais (com ou sem barreiras físicas);
- (iv) Turnos de trabalho (diurno/noturno, início/término);
- (v) Identificação das empresas executoras e seus empregados;
- (vi) Carga e descarga de materiais/equipamentos;
- (vii) Remoção de materiais/equipamentos – retirada de entulhos e restos de materiais;
- (viii) Circulação/atividades com mão de obra nesses limites;
- (ix) Rotina para solicitação de acessos (encaminhamento, formulário, e demais etapas do procedimento);
- (x) Segurança dos PASSAGEIROS e transeuntes;
- (xi) Segurança dos trabalhadores;
- (xii) Segurança dos materiais para as atividades (guarda e vigilância);
- (xiii) Tempos mínimos para mobilização e desmobilização;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

- (xiv) Acompanhamento, monitoramento e outros que forem necessários para o melhor resultado; e
- (xv) Outros itens considerados importantes, em comum acordo

4.5. Uma vez estabelecida a programação para execução das atividades em convivência, esta deverá ser rigorosamente cumprida.

Acessos: organização e responsabilidades

4.6. No planejamento dos PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA, deverá ser considerada a compatibilidade das atividades a serem executadas nas áreas comuns de trabalho e a viabilidade de acesso a estas áreas, com procedimento estabelecido segundo critérios técnicos e conforme os limites dessa convivência. Esses critérios e limites deverão ser identificados e consignados pelas partes envolvidas na transferência dos trechos em operação e em áreas que, simultaneamente à operação, ainda estiverem sob execução de obras civis e de sistemas.

Matriz de responsabilidades e de informação

4.7. Em eventual área operacional, a operadora que estiver no comando da área considerada durante a transferência da operação será a controladora e liberadora dos demais acessos, devendo viabilizar a continuidade da implantação, em obediência e consonância aos contratos da CPTM e suas sucessoras, da MRS e outras concessionárias, que estejam vigentes ou a serem ainda formalizados.

4.8. Em caso da necessidade de acionamento do PAESE, tal providência deverá ser tomada pela CONCESSIONÁRIA, sendo os custos decorrentes de tal acionamento de responsabilidade da operadora que tenha realizado a demanda de utilização.

4.9. Os solicitantes assumirão os riscos das atividades, dentro das normas legais, regulamentos e procedimentos, sendo responsáveis pelas ocorrências, inclusive danos, nas áreas solicitadas para suas atividades.

4.10. Ao fim das atividades relacionadas no item 4.4., as áreas deverão ser restituídas de forma limpa e desimpedidas, em condições normais de uso. A execução de obras complementares posteriores e a implantação de sistemas em infraestruturas em plena implantação, de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, poderão implicar a necessidade de suspensão temporária da OPERAÇÃO COMERCIAL em trechos de via e/ou de estações. A execução desta suspensão temporária deverá ser planejada de forma a permitir uma intervenção, inclusive em finais de semana, que gere o menor impacto possível sobre a operação e receitas, bem como para preservar o atendimento aos PASSAGEIROS e a circulação da MRS, mantendo os requisitos de segurança da operação, das instalações e de todos os participantes das atividades de intervenção, comunicando com a devida antecedência o PODER CONCEDENTE.

4.11. Essas intervenções poderão exigir o acionamento do PAESE e/ou a utilização de pessoal da CONCESSIONÁRIA cujos custos e compensações serão ressarcidos por meio de regras de convivência e/ou regulamentos a serem formalizados entre as PARTES, com o devido detalhamento das condições necessárias.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

PARTE II – DESCRIÇÃO FÍSICO-OPERACIONAL DAS ESTAÇÕES E DOS TERMINAIS DE INTEGRAÇÃO

5. INTEGRAÇÃO METROFERROVIÁRIA EM ESPÉCIE

5.1. Integrações em estações operacionais regidas pelo Convênio nº 087220408100. O Convênio nº 087220408100 constante no ANEXO XII, foi firmado entre o METRÔ e a CPTM para cooperação e integração técnico-científica e operacional com planos de trabalho está em revisão para viabilizar a adesão da VIA MOBILIDADE, da CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE e, futuramente da CONCESSIONÁRIA, por tratar do compartilhamento de áreas de estações.

5.1.1.O referido convênio define critérios para o rateio e o correspondente ressarcimento das despesas de supervisão, manutenção, operação, limpeza, segurança, vigilância patrimonial, água, jardinagem e energia elétrica, bem como as rotinas de convivência para operacionalização das áreas de integração e de uso comum e seu Plano de Trabalho nº 002 do referido Convênio, também disciplina a atuação das partes em estações das LINHAS.

5.1.2.Deverão respeitar as disposições do Convênio nº 087220408100, as integrações que ocorrerem nas seguintes estações:

- (i) Estação Palmeiras–Barra Funda (EMPREENHIMENTO EST 001)
- (ii) Estação Brás (EMPREENHIMENTO EST 004)
- (iii) Estação Tatuapé (EMPREENHIMENTO EST 005)
- (iv) Estação Corinthians-Itaquera (EMPREENHIMENTO EST 006)

5.1.3.Ao término da FASE PRÉ-OPERACIONAL, o Convênio nº 087220408100 deverá ser revisado, assumindo a CONCESSIONÁRIA as responsabilidades nele definidas.

5.1.3.1. O Convênio, em razão da assunção das áreas e atividades pela nova CONCESSIONÁRIA, deverá prever rotinas para operacionalização e de integrações mantidas com o METRÔ, a VIA MOBILIDADE, a TIC TRENS S.A ou outro serviço que vier a se integrar aos serviços das estações.

5.1.3.2. Durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, os equipamentos das estações listadas no item 5.1.2, citados no Convênio nº 087220408100, serão separados para o atendimento do SERVIÇO da LINHA 11 e do SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO, sendo identificados aqueles que ficarão sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, cujas condições deverão constar na revisão do convênio, citada no item 5.1.3.

5.1.3.3. Na hipótese da existência de equipamento que não possa ser separado em função de sua utilização conjunta, a responsabilidade pela manutenção ficará com o METRÔ, na unidade em que esteja localizado, devendo a CONCESSIONÁRIA assumir a responsabilidade pecuniária proporcional ao uso de cada equipamento e ressarcir o METRÔ pelos serviços prestados e/ou pelos custos incorridos.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

5.1.4. No período de vigência da CONCESSÃO, novos serviços que vierem a ser propostos pelo PODER CONCEDENTE, que demandem compartilhamento de plataformas e/ou vias afetas às estações listadas no item 5.1.2, deverão motivar a revisão do Convênio nº 087220408100 ou criação de um novo Convênio.

5.1.5. Até a assinatura do referido convênio pela CONCESSIONÁRIA e enquanto o convênio não disponho do contrário, caberá ao METRÔ:

- (i) A responsabilidade e execução de todas as atividades (supervisão, manutenção, operação, limpeza, segurança, vigilância patrimonial dentre outras) nas áreas de seu uso exclusivo;
- (ii) A responsabilidade e execução de todas as atividades de administração (supervisão, manutenção, operação, limpeza, segurança, vigilância patrimonial dentre outras) da área de uso compartilhado; e
- (iii) A responsabilidade pela manutenção do telhado, dos hidrantes e do Sistema de Detecção e Alarmes de Incêndio de toda a estação, inclusive dentro das áreas definidas para a CONCESSIONÁRIA.
- (iv) A responsabilidade e execução das atividades de manutenção corretiva e preventiva da passarela de integração da estação Brás, de uso compartilhado, e da cobertura em lajes e calhetão sobre a passarela e mezanino de acesso às plataformas da Linha 10-Turquesa, da LINHA 11, da LINHA 12 e do SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO.

5.1.6. Até a assinatura do referido convênio pela CONCESSIONÁRIA e enquanto o convênio não disponho do contrário, caberá CONCESSIONÁRIA:

- (i) A responsabilidade e execução de todas as atividades (supervisão, manutenção, operação, limpeza, segurança, vigilância patrimonial dentre outras) da área definida de sua responsabilidade, exceto pelas manutenções de telhados, dos hidrantes e do Sistema de Detecção e Alarmes de Incêndio, a serem executadas pelo METRÔ, conforme anteriormente explicitado;
- (ii) Permitir o acesso das equipes de manutenção do METRÔ e/ou da CPTM às áreas operacionais de seu uso exclusivo, mantendo-as desobstruídas de quaisquer obstáculos, de forma a propiciar o alcance aos equipamentos;
- (iii) A CONCESSIONÁRIA será responsável pela manutenção de todos os quadros (painéis) de luz, sistemas de iluminação, entre outros, que servem às plataformas de embarque do SERVIÇOS da LINHA 11, da LINHA 12 e do SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO, hoje sob a responsabilidade da CPTM.

5.1.7. As Figuras de 1 a 6 indicam os limites das áreas sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA dentro das estações listadas no item 5.1.2.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

5.2. Estações não atendidas por convênios. Atualmente quatro estações das LINHAS que serão compartilhadas pela CONCESSIONÁRIA com a CPTM ou terceiros, não possuem convênios para disciplinar a gestão dos espaços, quais sejam:

- (i) Estação Luz (EMPREENDIMENTO EST 003), estação central do sistema metropolitano integração da LINHA 11 e da LINHA 12 com a Linha 3–Vermelha e Linha 2-azul do METRÔ, Linha 7 – Rubi (CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE), o TIC EIXO NORTE (CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE), Linha 4- Amarela (VIAQUATRO) e Linha 10-Turquesa da CPTM.
- (ii) Estação Bom Retiro (EMPREENDIMENTO EST 002), a ser construída pela CONCESSIONÁRIA e será integração com da LINHA 11 com a Linha 10-Turquesa;
- (iii) Estação Penha, está em construção pelo METRÔ e será integração da estação da Linha 3-Vermelha do METRÔ com os serviços da futura expansão da Linha 1-Azul do METRÔ e da LINHA 11, com previsão de conclusão para 2026, conforme ANEXO II.D.
- (iv) Estação Gabriela Mistral, a ser construída pelo METRÔ e será integração da Linha 2-Verde com a LINHA 12, a LINHA 13 e o SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO, ainda sem data de conclusão, conforme ANEXO II.D.

5.2.1.A CONCESSIONÁRIA e a CPTM deverão elaborar convênio(s) e os respectivos planos de trabalho de forma a definir áreas de convivência para as estações listadas no item acima.

- 5.2.1.1. O convênio deverá considerar (i) aspectos de operação, manutenção e repartição de usos e custos de serviços nas áreas comum, contendo no mínimo as informações s; e (ii) os acordos de cooperação e integração técnico-operacional, planos de trabalho de forma a definir áreas de abrangência e responsabilidades de manutenção e compartilhamento de custos referente às áreas de transferência com a CPTM ou com outras concessionárias do sistema metropolitano.
- 5.2.1.2. As formas de integração de passageiros entre os serviços de transporte nesta estação, serão definidos pelo PODER CONCEDENTE.
- 5.2.1.3. O convênio deverá receber a APROVAÇÃO do AUDITOR INDEPENDENTE e não objeção do PODER CONCEDENTE.

5.3. As Figuras de 7 a 12 indicam os limites das áreas sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA dentro das estações listadas no item 5.2.

6. INTEGRAÇÃO COM TERMINAIS DE ÔNIBUS, BICICLETÁRIOS E CONVÊNIO PAESE

6.1. Terminais de ônibus. A CONCESSIONÁRIA deverá manter entendimentos e celebrar convênios de convivência que definam os termos de cooperação e integração operacional com as respectivas prefeituras e com operadoras dos terminais de ônibus, se cabível, com anuência do PODER CONCEDENTE.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

6.2. Bicletários. Nas LINHAS existem bicicletários atrelados às estações cujas atividades de supervisão, manutenção, operação, limpeza, segurança, vigilância patrimonial dentre outras, serão de total responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, devendo permanecer em funcionamento por todo o horário de OPERAÇÃO COMERCIAL, nas seguintes estações, sem prejuízo da obrigação da CONCESSIONÁRIA de atender a eventuais obrigações decorrentes de legislação aplicável, inclusive em âmbito municipal, observadas as diretrizes e regras previstas pelo PODER CONCEDENTE:

Tabela 1: Bicicletários existentes e total de vagas

LINHA	ESTAÇÃO	QUANTIDADE DE VAGAS
11	Ferraz de Vasconcelos	136
	Poá	60
	Calmon Viana	84
	Suzano	576
12	USP Leste	270
	Ermelino Matarazzo	196
	São Miguel Paulista	208
	Jardim Helena-Vila Mara	256
	Itaim Paulista	256
	Jardim Romano	240
13	Engenheiro Goulart	274
	Guarulhos-Cecap	192
	Aeroporto Guarulhos	100

Fonte: CPTM 2023

6.2.1. Nos novos bicicletários em implantação pelo PODER CONCEDENTE ou que venham a ser implantados junto a estações existentes, ou novas estações pela CONCESSIONÁRIA serão aplicados os mesmos critérios abordados no item acima.

6.3. **Convênio PAESE.** A CONCESSIONÁRIA deve participar do convênio PAESE, com o objetivo de estabelecer formas de cooperação operacional em situações de caráter preventivo, de emergência ou paralisação temporária dos Sistemas de Transporte Urbano da Região Metropolitana de São Paulo e determinar os procedimentos operacionais, as responsabilidades de atuação e as formas de remuneração dos custos decorrentes dessa atividade.

7. CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CELEBRADOS COM OS MUNICÍPIOS, DEMAIS ENTES FEDERATIVOS, AUTARQUIAS E OUTROS

7.1. A CONCESSIONÁRIA deverá observar as disciplinas previstas nos convênios celebrados, e nos demais instrumentos incluídos no ANEXO XII.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá firmar ou renovar convênios ou instrumentos congêneres com as respectivas prefeituras dos Municípios localizados no traçado das LINHAS de forma a transferir a responsabilidade de manutenção, conservação, limpeza e iluminação para a CONCESSIONÁRIA, das transposições e obras de arte, na forma descrita na Parte 2 do ANEXO I, inclusive as que forem construídas ou reformadas pela CONCESSIONÁRIA.

8. QUADRO RESUMO DAS INTEGRAÇÕES

8.1. Quadro resumo das estações com integrações metroferroviárias e terminais de ônibus:

Estações existentes	Linha/Serviço	Município	Integrações e observações:
Palmeiras–Barra Funda	11 e Expresso Aeroporto	São Paulo	LINHA 3–Vermelha do METRÔ; LINHA 8–Diamante da VIA MOBILIDADE; LINHA 7-Rubi (CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE); Terminais Urbano da SPTRANS; Terminal Intermunicipal da EMTU; e Terminal Interestadual da ARTESP. Futuramente haverá integração com CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE (concessão em andamento).
Luz	11 e Expresso Aeroporto	São Paulo	LINHA 1–Azul do METRÔ; LINHA 4–Amarela da VIAQUATRO; e SERVIÇO 710 da CPTM.
Brás	11, 12 e Expresso Aeroporto	São Paulo	LINHA 3–Vermelha do METRÔ; e LINHA 10–Turquesa da CPTM; e. SERVIÇO 710 da CPTM
Tatuapé	11 e 12	São Paulo	LINHA 3–Vermelha do METRÔ; Terminal Urbano do Metrô Tatuapé-Sul da SPTRANS; e Terminal Urbano do Metrô Tatuapé-Norte da SPTRANS.
Corinthians-Itaquera	11	São Paulo	LINHA 3–Vermelha do METRÔ; Terminal Urbano do Metrô Corinthians-Itaquera da SPTRANS.
Guaianases	11I	São Paulo	Terminal Urbano Sul da SPTRANS; e Terminal Urbano Norte da SPTRANS.
Suzano	11 e 12 (futura)	Suzano	Terminal Urbano e Intermunicipal da EMTU.
Mogi das Cruzes	11I	Mogi das Cruzes	Terminal Urbano da Prefeitura de Mogi das Cruzes.
Estudantes	11	Mogi das Cruzes	Terminal Urbano e Intermunicipal da EMTU; e Terminal Interestadual da ARTESP.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

Estações existentes	Linha/Serviço	Município	Integrações e observações:
Engenheiro Manoel Feio	12	Itaquaquecetuba	Terminal Urbano da EMTU.
Guarulhos-Cecap	13	Guarulhos	Terminal Interestadual da ARTESP.
Aeroporto Guarulhos	13	Guarulhos	Terminal Urbano da EMTU.

Futuras estações	Linha / Serviço	Município	Integrações previstas:
Bom Retiro	11	São Paulo	LINHA 10–Turquesa da CPTM.
Penha	11	São Paulo	LINHA 3–Vermelha do METRÔ; LINHA 2–Verde do METRÔ; Terminal Urbano do Metrô Penha-Sul da SPTRANS; e Terminal Urbano do Metrô Penha-Norte da SPTRANS.
Gabriela Mistral	12, 13 e Expresso Aeroporto	São Paulo	LINHA 2–Verde do METRÔ; e Terminal de ônibus proposto junto à estação.
São João	13	Guarulhos	Terminal Urbano da Guarupass.
Bonsucesso	13	Guarulhos	Terminal de ônibus proposto junto à estação.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

PARTE III – DIRETRIZES MANDATÓRIAS DE CONVIVÊNCIA COM A ELETROMÍDIA

9. DIRETRIZES GERAIS SOBRE O CONTRATO ELETROMÍDIA

9.1. A CPTM celebrou em 14 de fevereiro de 2020 o CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, constante no ANEXO XII, cujo objeto é a concessão de uso de espaços para publicidade em trens e estações da CPTM, compreendendo mídia estática e digital, incluindo os encargos de modernização, implantação, operação, manutenção, conservação, comercialização e administração – Projeto Global Mídia CPTM.

9.2. A exploração de mídia e publicidade nas estações das LINHAS que sejam escopo do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL e nos trens que circularem nas LINHAS durante o período de vigência do referido contrato será feita pela ELETROMÍDIA.

9.2.1. O CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL não deverá ser renovado em nenhuma hipótese.

9.2.2. A exploração de mídia e publicidade nas novas estações destas linhas será feita pela CONCESSIONÁRIA desde o início da OPERAÇÃO COMERCIAL dessas estações.

9.2.3. A exploração comercial de espaços de mídia e publicidade a partir de 15/03/2030 será atividade exclusiva da CONCESSIONÁRIA, conforme o CONTRATO.

9.3. A CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE, representado pela CMCP, a CPTM e a ELETROMÍDIA deverão estabelecer regras de convivência para exploração de publicidade, observando as seguintes diretrizes gerais:

- (i) Viabilizar e organizar tais regras de convivência levando-se em consideração os espaços disponíveis para exploração de mídia e publicidade que foram previamente concedidos à ELETROMÍDIA, observadas as diretrizes indicadas nesta Parte III e outras dispostas no CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL;
- (ii) Compatibilizar o acesso aos espaços de mídia e publicidade (incluindo monitores) em trens e estações, de forma a não interferir na operação da CONCESSIONÁRIA, resguardando a utilização dos mesmos pela ELETROMÍDIA, cujas condições de mídia e publicidade estão previstas, a saber:
 - (a) quanto às estações, constam do plano de modernização e nos Anexos 1, 1A, 2 e de 5 a 8 do Termo de Referência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL; e
 - (b) para os trens as condições de exploração de mídia e publicidade estão estabelecidas nos Anexos 3 e 4 do Termo de Referência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL; e
- (iii) Considerar diretrizes e ações a serem adotadas, pelas partes, visando a mitigação de riscos decorrentes das atividades dos contratos envolvidos em regime de convivência.

9.3.1. Para isso, são apresentadas a seguir as diretrizes que orientarão a convivência entre o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA, a CPTM e ELETROMÍDIA, principalmente nas interfaces de implantação, operação, manutenção e conservação dos espaços e equipamentos de mídia e publicidade em trens e estações.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

9.3.2. Tais diretrizes deverão ser desdobradas em procedimentos detalhados após a ASSINATURA DO CONTRATO, a partir de reuniões a serem convocadas pelo PODER CONCEDENTE, representado pela CMCP, com a participação da CPTM, CONCESSIONÁRIA e da ELETROMÍDIA, para organização e desenvolvimento das regras de convivência na efetivação dos serviços e atividades de mídia e publicidade nas LINHAS.

9.3.3. Eventuais discordâncias entre as PARTES poderão ser submetidas ao COMITÊ DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS, nos termos do CONTRATO.

9.4. A CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE, CMCP, a CPTM, e a ELETROMÍDIA, deverão detalhar as condições de convivência quanto à interface de acesso nas estações das LINHAS em um termo de convivência, definindo as condições e responsabilidades da ELETROMÍDIA em relação às despesas que serão geradas com consumo de energia e limpeza, se o caso, nos moldes semelhantes aos que serão aplicados para os locatários da CONCESSIONÁRIA, envolvendo também as condições de possíveis indenizações recíprocas decorrentes de danos a bens e instalações relacionadas com as atividades de mídia e publicidade e os próprios meios de mídia e publicidade.

9.5. A CONCESSIONÁRIA e a ELETROMÍDIA deverão contemplar no termo de convivência o disposto neste item 9.

10. RESPONSABILIDADES DAS PARTES INTERESSADAS

10.1. Eventual descumprimento das regras de convivência, estabelecidas nesta parte III, que acarrete o inadimplemento, por parte da ELETROMÍDIA, de sua obrigação de ressarcir a CONCESSIONÁRIA das despesas geradas, dentre outras, com consumo de energia e limpeza, acarretará o ressarcimento da CONCESSIONÁRIA pela CPTM, haja visto contrato firmado por essa última com ELETROMÍDIA, observando-se as regras estabelecidas nas regras de convivência quanto ao prazo para a efetivação do ressarcimento e a forma de sua cobrança, ficando assegurado, em qualquer hipótese, o direito de regresso à CPTM.

10.2. A CONCESSIONÁRIA é responsável por todos os prejuízos de ordem técnica que der causa e que ensejarem impacto, ou que venham a impedir, total ou parcialmente, o cumprimento do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, desde que devidamente comprovados pela CPTM, e aprovados pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA, inclusive quanto aos correspondentes valores de indenização à CPTM, assim como eventuais lucros cessantes da CPTM causados por rescisão antecipada do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, mediante regramento a ser definido pelo COMITÊ DE CONVIVÊNCIA.

10.2.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá ser responsabilizada em caso de indisponibilidade da publicidade contida nos trens por qualquer erro, falha ou omissão imputável à ELETROMÍDIA.

10.3. Como diretrizes para acesso aos trens e estações das LINHAS, as regras de convivência, que serão firmadas entre o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA, a CPTM e a ELETROMÍDIA, deverão contemplar as seguintes obrigações:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

- 10.3.1. Observar as metragens de espaço e quantidade de equipamentos (tais como monitores e painéis digitais) já disponibilizadas à ELETROMÍDIA, devidamente disciplinadas no Termo de Referência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, inclusive quanto a metragens mínimas e de possibilidade de acréscimo, parte – “Inventário Disponível Para Concessão” (Anexos 1 e 1ª até 8 do Termo de Referência do CONTRATO MÍDIA GLOBAL), garantindo a metragem e as quantidades citadas para mídia e publicidade, mesmo durante períodos em que haja obras nas estações ou substituição de trens, sempre preservando as necessidades operacionais da CONCESSIONÁRIA, tudo sempre motivado e justificado;
- 10.3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá garantir o acesso e atuação dos funcionários da ELETROMÍDIA e por ela contratados para os serviços programados de: implantação, operação, manutenção e conservação dos espaços e equipamentos de mídia e publicidade;
- 10.3.3. Inclusão de condições de verificação, pela CONCESSIONÁRIA, dos equipamentos instalados pela ELETROMÍDIA, comunicando à mesma e à CPTM a ocorrência que possa:
- (i) prejudicar a movimentação de PASSAGEIROS;
 - (ii) causar dano ao bem público;
 - (iii) pôr em risco a integridade física dos PASSAGEIROS ou empregados da CONCESSIONÁRIA;
 - (iv) interferir na OPERAÇÃO COMERCIAL, sendo certo que caberá à ELETROMÍDIA reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as áreas e equipamentos de mídia e publicidade em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CONCESSIONÁRIA, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, nos termos ali definidos. A atividade da CONCESSIONÁRIA quanto à verificação dos serviços referentes ao CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL será exclusivamente voltada aos aspectos de segurança e integridade das pessoas e dos bens;
 - (v) disponibilização pela CONCESSIONÁRIA de todas as informações necessárias relativas aos espaços, incluindo as reservas e informações sobre a escala e circulação das composições de trens, para implantação de equipamentos em estações, mídia estática, adesivações internas e externas de trens, operação de upload de conteúdos de mídia digital nos monitores dos trens e estações, tais como, mas não se limitando a: capacidade de energia, condições estruturais e instalações hidráulicas, com vistas aos levantamentos necessários pela ELETROMÍDIA, liberando-a para execução do projeto de mídia e publicidade, no espaço respectivo, devendo a CONCESSIONÁRIA conceder, após disponibilização do projeto pela ELETROMÍDIA, a não objeção relativa apenas às questões de interferências operacionais, observando o que segue:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

- a. Após a solicitação de liberação de área, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para prestar as informações listadas de forma exemplificada no item (iv); e
- b. De posse das informações, a ELETROMÍDIA elaborará o projeto que, após entrega à CONCESSIONÁRIA deverá receber a não objeção, quanto aos aspectos de interferências operacionais no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.3.4. A CONCESSIONÁRIA deverá acionar a ELETROMÍDIA sempre que forem constatadas intercorrências de ordem técnica que de alguma forma possam afetar a normalidade do SERVIÇO CONCEDIDO no tocante ao funcionamento dos equipamentos de mídia e publicidade, devendo permitir o seu acesso imediato ao local, visando o equacionamento da intercorrência verificada, extra período de serviços programados, citados no inciso (ii) deste item. A ELETROMÍDIA deverá promover o restabelecimento, imediatamente, respeitando os prazos fixados nos itens 5.5, 5.6 e 5.7, constantes do Anexo I do Termo de Referência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL;

- (i) Autorização, pela CONCESSIONÁRIA, de acesso gratuito aos empregados da CPTM, no exercício de fiscalização dos espaços e equipamentos instalados nas LINHAS, de acordo com as condições do plano de modernização e dos Anexos 1, 1A a 8 do Termo de Referência citado anteriormente e demais condições constantes do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, observado o previsto a respeito no Anexo XII.A;
- (ii) De que a CONCESSIONÁRIA não poderá objetar o layout de campanhas a serem exibidas, desde que previamente aprovadas pela CPTM e ou PODER CONCEDENTE;
- (iii) De que a CONCESSIONÁRIA não poderá objetar a utilização de novas tecnologias, formatos e projetos de monitores e painéis digitais ou de outras formas de mídia e publicidade que surjam no decorrer da vigência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, desde que previamente aprovadas pela CPTM e ou PODER CONCEDENTE e que não comprometam a sua OPERAÇÃO COMERCIAL;
- (iv) De que a ELETROMÍDIA deverá comunicar à CPTM, a realização de solicitações à CONCESSIONÁRIA, relativas ao acesso aos trens e às estações das LINHAS para instalação, manutenção e/ou alteração de campanhas ou de equipamentos;

10.3.5. A CONCESSIONÁRIA deverá cientificar, por cópia, a CPTM acerca de toda comunicação direcionada a ELETROMÍDIA em assuntos do âmbito do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL;

10.3.6. De que a ELETROMÍDIA, na forma disciplinada no Anexo I do Termo de Referência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, item 3.3, deverá ressarcir mensalmente, à CONCESSIONÁRIA, o consumo de energia elétrica dispendida com as mídias digitais devendo, para tanto, obrigatoriamente exercer a forma regulada no item acima;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

10.4. Para os serviços de adesivação de trens, fixados no item 3.2.1 do Anexo I do Termo de Referência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, a CONCESSIONÁRIA e sua equipe operacional oferecerão a não objeção, considerando as seguintes condições:

- (i) programar e recolher o trem visando vistoria, instalação de adesivos, retirada de adesivos, retrabalhos ou reparos;
- (ii) não haverá movimentação do trem durante a execução dos serviços pela ELETROMÍDIA;
- (iii) manter o trem adesivado em operação durante todo o período de divulgação informado pela ELETROMÍDIA. Caso seja necessário o recolhimento do trem adesivado para atender às demandas de manutenção preventiva e/ou corretiva, a CONCESSIONÁRIA deverá informar à ELETROMÍDIA, indicando motivo, local, horário de recolhimento e estimativa de prazo para devolução do trem para OPERAÇÃO;
- (iv) indicar outro trem, com as mesmas características, quando o trem selecionado estiver com uma parada de manutenção já programada a médio ou curto prazo;
- (v) instruir a equipe de adesivação da ELETROMÍDIA quanto ao cumprimento de seus regulamentos e normas internas, para que possa executar os trabalhos; e
- (vi) a CONCESSIONÁRIA, a seu critério, poderá indicar empregados para: (a) acompanhar os representantes da CPTM e da ELETROMÍDIA na vistoria prévia à instalação dos adesivos; e (b) na instalação e desinstalação dos adesivos, para orientar a equipe da ELETROMÍDIA sobre as partes e recursos do trem que terão que ser preservados durante o trabalho. Caso a CONCESSIONÁRIA não indique representantes para acompanhamento dos trabalhos, não poderá questionar a integridade e conteúdo do relatório de vistoria, bem como a integridade dos trens quando da instalação e/ou desinstalação dos adesivos.

10.5. Quando houver a adesivação de trens, a identidade visual da CONCESSIONÁRIA poderá ser temporariamente suprimida, sendo responsabilidade da ELETROMÍDIA devolver tal identificação sempre que não houver mídia ou publicidade externa nos trens, se comprometendo a ressarcir qualquer dano nos trens, nos termos do item 5.5.1.3 do Anexo I do Termo de Referência do CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL, bem como pela limpeza da cola. Os ativos (espaços de mídia, publicidade e equipamentos) serão de uso e exploração comercial exclusivos por parte da ELETROMÍDIA enquanto vigor o CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL.

10.6. A CONCESSIONÁRIA será informada sempre que os ativos de mídia, publicidade e equipamentos forem atualizados e/ou modificados pela CPTM, bem como quanto ao cronograma de instalação dos itens constantes no CONTRATO DE MÍDIA GLOBAL.

10.7. O PODER CONCEDENTE poderá designar representante da CPTM para atuar como interlocutor das regras de convivência definidas nesta Parte III. A CONCESSIONÁRIA, do mesmo modo, deverá designar representante para atuar da mesma forma.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

10.8. Caso a CONCESSIONÁRIA tenha interesse na utilização dos espaços de mídia e publicidade deverá, necessariamente, realizar tratativas com a ELETROMÍDIA, tendo em vista tratar-se de atividade exclusiva e haja visto regramento presente no contrato entre CPTM e ELETROMÍDIA relativamente aos espaços utilizados.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

PARTE IV – DIRETRIZES MANDATÓRIAS DE CONVIVÊNCIA PARA OPERAÇÃO DO EXPRESSO TURÍSTICO

11. OBJETIVO

11.1. A CONCESSIONÁRIA deve permitir acesso ao EXPRESSO TURÍSTICO na malha ferroviária e em área sob sua concessão operacional, observado o regramento desta parte IV.

11.2. Serão de responsabilidade única e exclusiva da CPTM, ou empresa delegatária, as seguintes obrigações:

11.2.1. Segurança operacional dos passageiros do EXPRESSO TURÍSTICO, quando embarcados nos trens, conforme normativas aplicáveis.

11.2.2. Controle e segurança de seus equipamentos e pertences alocados na ÁREA DE CONCESSÃO.

11.3. A CPTM ou empresa delegatária operará o EXPRESSO TURÍSTICO com aprovações pertinentes dos órgãos competentes.

12. CARACTERÍSTICAS DO EXPRESSO TURÍSTICO

12.1. O trecho de passagem do EXPRESSO TURÍSTICO corresponde ao roteiro entre a estação Luz e a estação Mogi das Cruzes:

IDA: origem na estação Luz e terminal na estação Mogi das Cruzes;

VOLTA: origem na estação Mogi das Cruzes e terminal na estação Luz.

12.2. A CPTM ou empresa delegatária fica autorizada a operar dois trens, sendo um no sentido de ida e outro no sentido de volta, em um dos roteiros definidos neste item acima, aos sábados, domingos, feriados e emendas de feriados, adentrando na ÁREA DE CONCESSÃO no período da manhã (entre 8h e 12h) e partindo no mesmo dia, no período da tarde (entre 12h e 17h).

12.3. A CPTM ou empresa delegatária deverá comunicar a CONCESSIONÁRIA, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, a programação do roteiro, definido no item 12.1.

12.4. A circulação do EXPRESSO TURÍSTICO poderá ser realizada através das vias de melhor conveniência indicadas pela CONCESSIONÁRIA, na ÁREA DE CONCESSÃO.

12.5. As velocidades e tempos de percurso do EXPRESSO TURÍSTICO deverão estar compatíveis com os perfis geométricos da via permanente, garantindo a segurança operacional.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

12.6. A manutenção e operação do trem, composto de locomotiva(s), carro(s) de passageiros e vagão bicicletário, bem como o embarque e desembarque de passageiros, serão de responsabilidade da CPTM ou da empresa delegatária, sendo realizada no Pátio Lapa nas atuais instalações, as quais não serão objeto de compartilhamento com a CONCESSIONÁRIA.

12.7. Após o desembarque dos passageiros, o EXPRESSO TURÍSTICO deve ser estacionado na plataforma de desembarque ou em local de melhor conveniência indicado pela CONCESSIONÁRIA, na ÁREA DE CONCESSÃO, que deverá disponibilizar salas de apoio para a equipagem da CPTM ou empresa delegatária. No caso de a CPTM ou a empresa delegatária vir a construir ramais específicos para o estacionamento do EXPRESSO TURÍSTICO, a CONCESSIONÁRIA deverá permitir a sua interligação às suas vias.

12.8. Em terreno externo à ÁREA DE CONCESSÃO e contíguo à via de estacionamento indicada pela CONCESSIONÁRIA, conforme descrito no item 12.7, o PODER CONCEDENTE, a CPTM ou sua delegatária poderão construir uma estação ou plataforma para embarque e desembarque de passageiros do EXPRESSO TURÍSTICO.

12.8.1. No caso de implantação da estação ou plataforma do EXPRESSO TURÍSTICO mencionada no item anterior, deverão ser estabelecidas condições específicas de procedimentos de convivência a serem acordados entre a CONCESSIONÁRIA, a Prefeitura de Mogi das Cruzes e a CPTM, com submissão ao COMITÊ DE CONVIVÊNCIA e anuência do PODER CONCEDENTE.

13. PLANO DE SOCORRO

13.1. No caso de avaria da locomotiva ou automotriz que presta o serviço do EXPRESSO TURÍSTICO caberá à CONCESSIONÁRIA resgatar a unidade, caso a avaria tenha ocorrido no roteiro descrito no item 12.1 e mediante ressarcimento estipulado via convênio a ser firmado entre a CPTM e a CONCESSIONÁRIA.

13.2. Em situações em que seja indicada a atuação da CPTM ou da empresa delegatária, esta poderá resgatar os veículos com recursos próprios, cabendo à CONCESSIONÁRIA conceder a passagem do veículo de resgate operado pela CPTM.

13.3. Os procedimentos de resgate de passageiros e acionamento entre as partes deverão ser objeto de PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA específico elaborados na FASE PRÉ-OPERACIONAL, inclusive quanto às medidas para desoneração da CONCESSIONÁRIA de qualquer prejuízo decorrente dos impactos no desempenho dos SERVIÇOS das LINHAS ou do SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO.

13.4. A CPTM ou sua delegatária arcará com os custos para a recuperação de danos que comprovadamente provoque às instalações, equipamentos, trens, terceiros, empregados ou PASSAGEIROS, e/ou pela interrupção ou diminuição dos SERVIÇOS operados pela CONCESSIONÁRIA, no caso de acidentes ou ocorrências na operação do EXPRESSO TURÍSTICO na ÁREA DA CONCESSÃO.

13.5. A CONCESSIONÁRIA arcará com os custos decorrentes de danos que comprovadamente provoque à frota ou equipe de operação, equipamentos, terceiros, empregados ou PASSAGEIROS, e/ou leve à diminuição ou interrupção dos serviços do EXPRESSO TURÍSTICO, na ÁREA DA CONCESSÃO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

13.6. Caberá à PARTE afetada pela ocorrência mencionada nos itens 13.4 e 13.5 identificar, relacionar e qualificar responsabilidades e causas das ocorrências em relatório próprio do incidente.

13.6.1. O relatório mencionado no item acima deverá conter os custos indicados nos itens 13.1, 13.3, 13.4 e 13.5 e será submetido à APROVAÇÃO do AUDITOR INDEPENDENTE e contará com a não objeção do PODER CONCEDENTE.

13.6.2. Após a não objeção, a PARTE responsável deverá ressarcir a PARTE afetada pelos danos causados.

14. DIVULGAÇÃO

14.1. O espaço para divulgação institucional e operacional do serviço do EXPRESSO TURÍSTICO, assim como os avisos sonoros de caráter operacional nas estações, deverão ser disponibilizados pela CONCESSIONÁRIA sem custos adicionais para a CPTM ou empresa delegatária.

15. CONVIVÊNCIA

15.1. Deverão ser estabelecidos procedimentos de convivência entre a CONCESSIONÁRIA e a CPTM, ou empresa delegatária, abordando, entre outros: horário de partida, tempo de viagem, uso das plataformas, controle de acesso, avisos sonoros, uso de espaço (sem ônus) para comunicação e informações aos passageiros, treinamento e capacitação operacional, assim como atendimento aos passageiros e troca de informações entre as operadoras.

15.2. Como contrapartida pelos serviços indicados no item 12, a CPTM, ou empresa delegatária, pagará à CONCESSIONÁRIA Tarifa de Direito de Passagem, na forma indicada no item 17.

16. VIAGENS ADICIONAIS

16.1. Somente haverá circulação do EXPRESSO TURÍSTICO em viagens adicionais àquelas previstas nos itens 12.1 e 12.2, se houver prévio acordo entre a CPTM e a CONCESSIONÁRIA, com anuência do PODER CONCEDENTE, o qual deverá contemplar a remuneração de acordo com o item 17.

17. CONTRAPARTIDA ECONÔMICA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

17.1. Como contrapartida pelos serviços indicados no item 12, a CPTM, ou empresa delegatária da operação do EXPRESSO TURÍSTICO, pagará à CONCESSIONÁRIA o valor de R\$ 49,03 (quarenta e nove reais e três centavos) por 1000 x tonelada x quilômetro rodado, base janeiro de 2023, denominada, para efeito de pagamento, Tarifa de Direito de Passagem;

17.2. Este valor será atualizado anualmente, levando em consideração a variação do IPC-FIPE, ocorrido entre o mês anterior ao da data base (dez/2022), inclusive, e o mês anterior ao do efetivo reajuste, inclusive;

17.3. Atualmente não há consumo de energia elétrica de tração para a operação dos serviços do denominado EXPRESSO TURÍSTICO, porém, caso a CPTM ou sua empresa delegatária adotem a tração elétrica para este serviço, deverão ressarcir à CONCESSIONÁRIA com base no custo real comprovado deste consumo e a ser medido a cada mês de operação.

17.4. Para a medição das distâncias de percurso do EXPRESSO TURÍSTICO na malha ferroviária sob a gestão da CONCESSIONÁRIA, serão considerados os trechos efetivamente operados no serviço descrito no item 12.1, ou outros que venham a ser acordados, e, somada a isso, as distâncias necessárias para deslocamentos na malha sob gestão da CONCESSIONÁRIA até estacionamentos, pátios e oficinas;

17.5. O valor da Tarifa de Direito de Passagem, descrito no item 17.1, será confirmado pelo AUDITOR INDEPENDENTE, pela CONCESSIONÁRIA e pelo PODER CONCEDENTE;

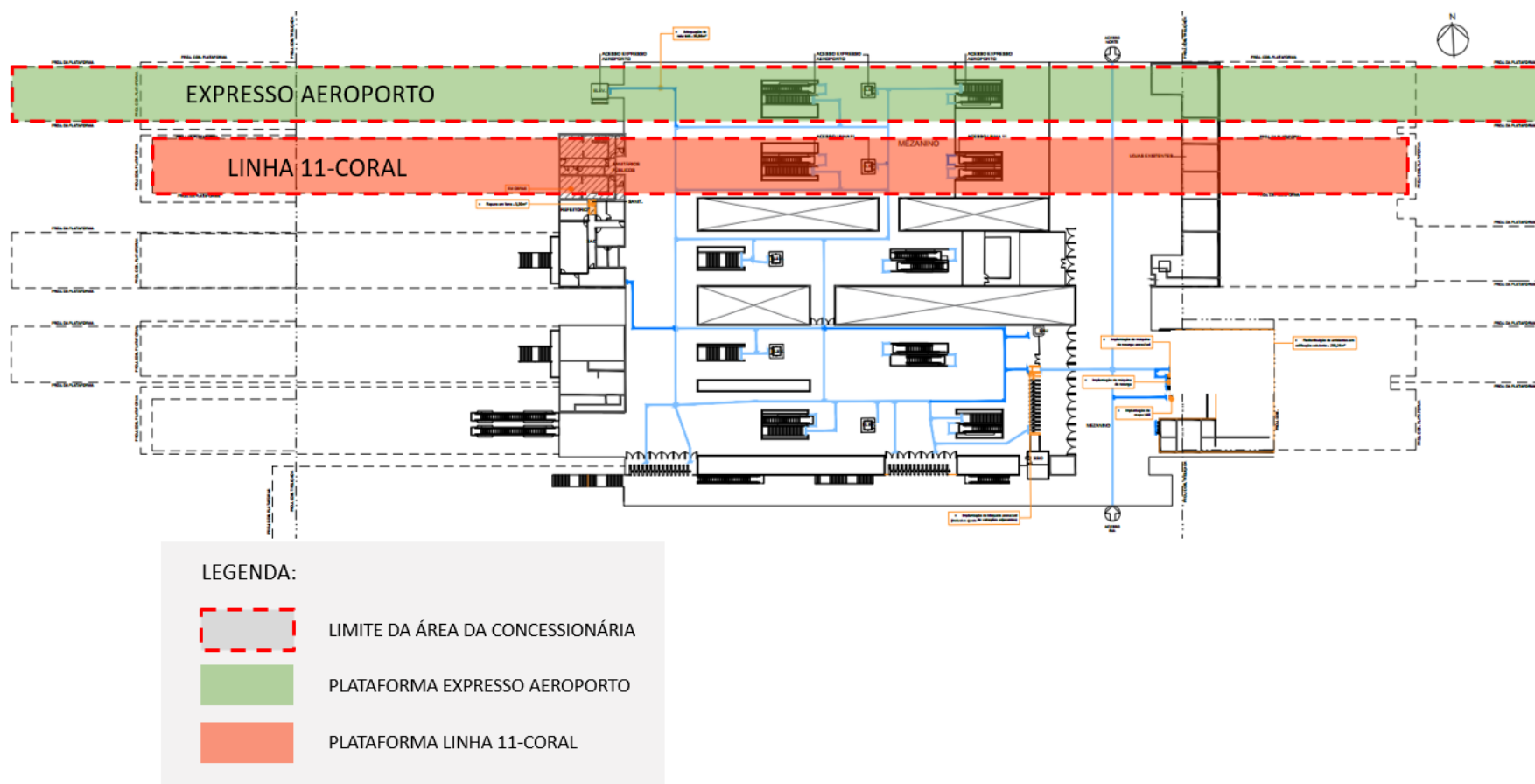
17.6. Em caso de pagamento com atraso do montante estabelecido no item 17.1, o valor devido ficará automaticamente acrescido de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar da data do respectivo vencimento até a data do efetivo pagamento.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

FIGURAS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

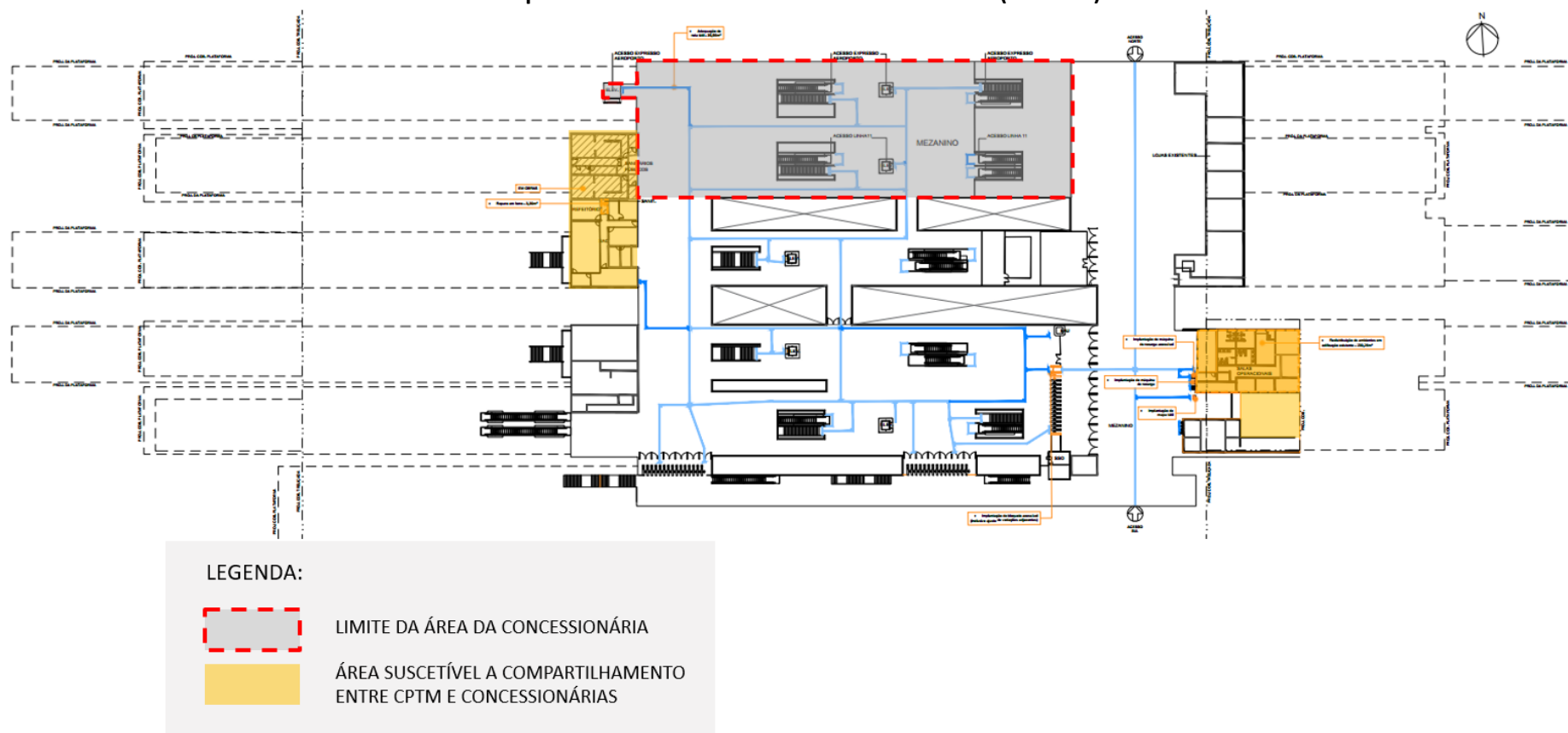
Figura 1: Estação Palmeiras-Barra Funda – Limites (tracejado vermelho) das áreas sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA: Plataformas do Expresso Aeroporto (verde) e LINHA 11-Coral (vermelho)



Fonte: Anteprojeto da estação Palmeiras-Barra Funda. Ver apenas 01 do ANEXO II.A.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

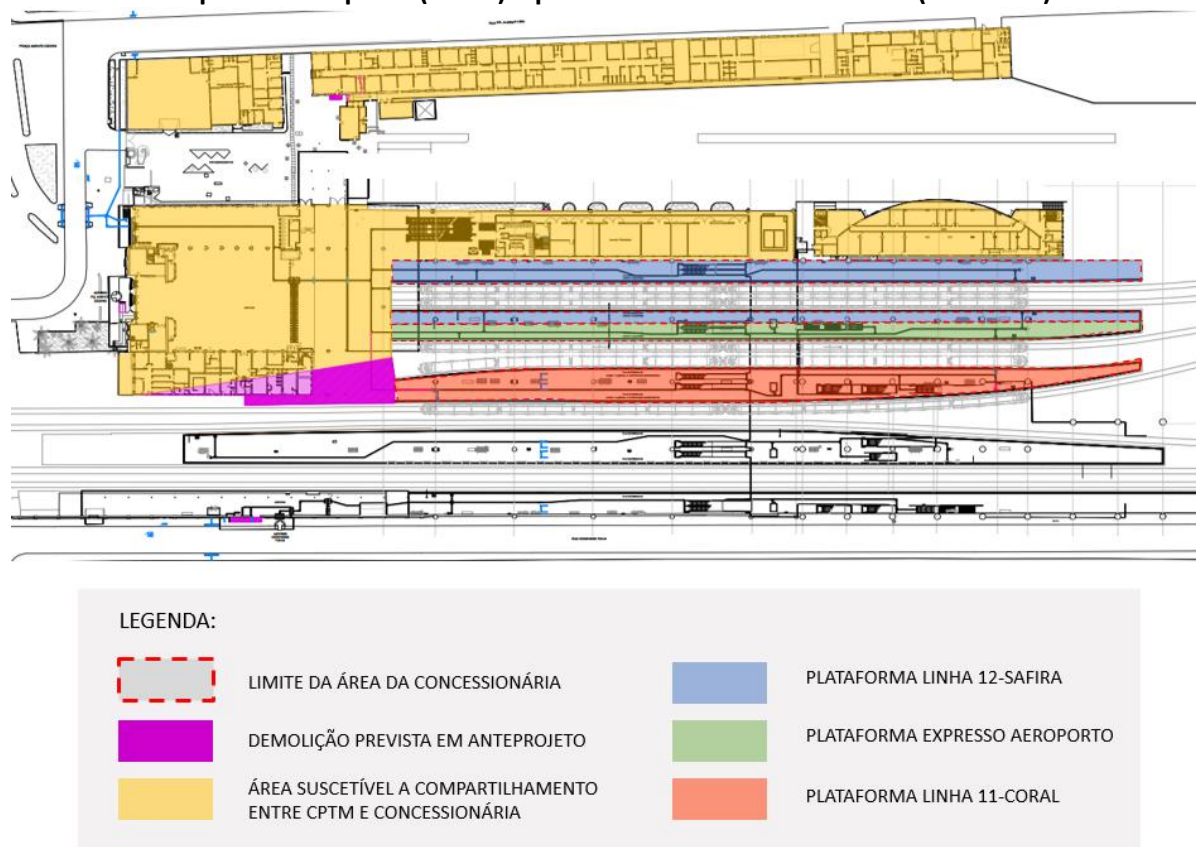
Figura 2: Estação Palmeiras-Barra Funda – Limites (vermelho) das áreas da CONCESSIONÁRIA no mezanino superior e de áreas operacionais suscetíveis a compartilhamento entre CPTM e Concessionárias (amarelo)



Fonte: Anteprojeto da estação Palmeiras-Barra Funda. Ver apenso 01 do ANEXO II.A.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

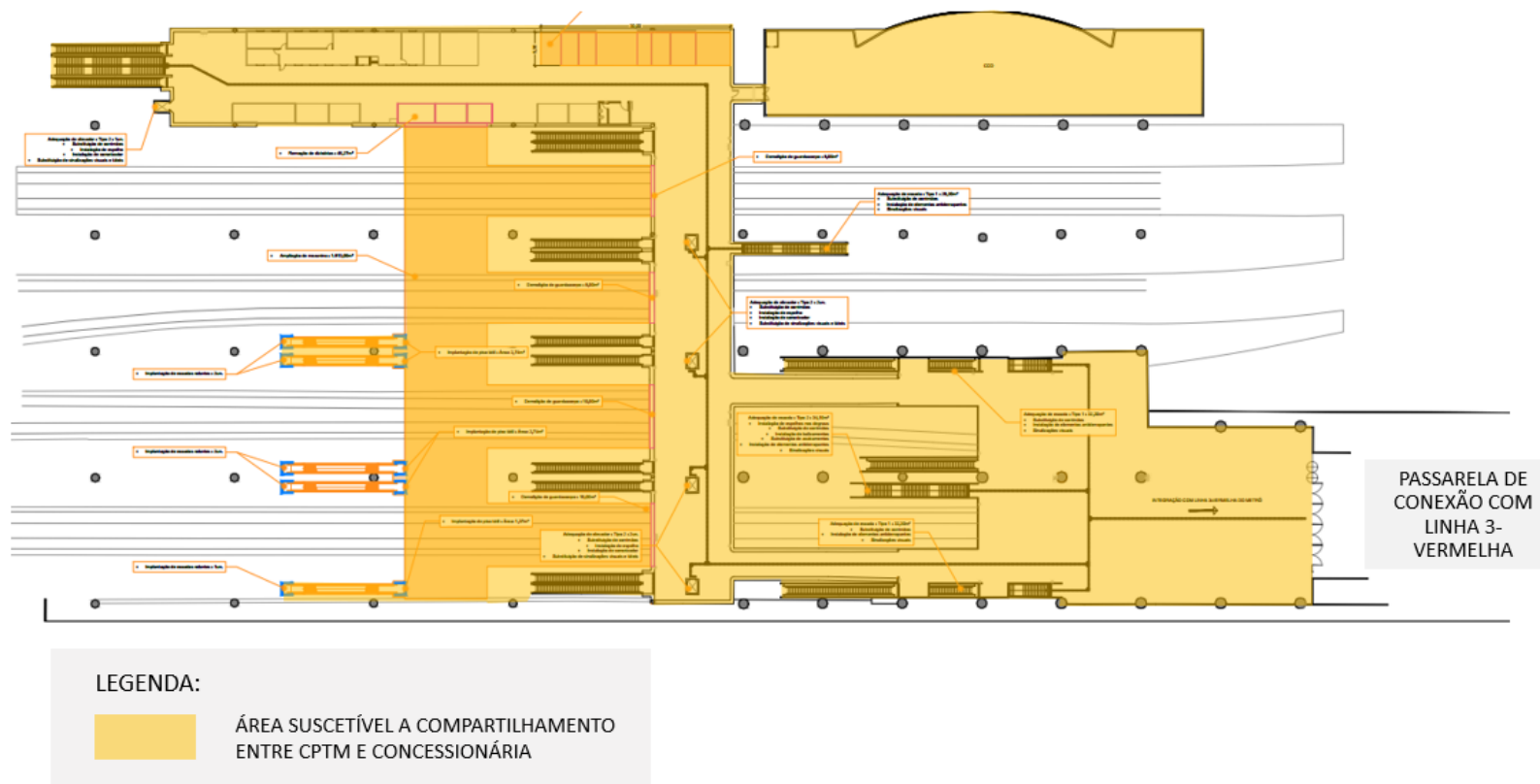
Figura 3: Estação Brás – Limites (tracejado vermelho) das áreas sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA: Plataformas da LINHA 12-Safira (Azul), plataforma do Expresso Aeroporto (verde) e plataformas da LINHA 11-Coral (vermelho)



Fonte: Anteprojeto da estação Brás.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

Figura 4: Estação Brás – Área (amarelo) suscetível a compartilhamento entre CPTM e CONCESSIONÁRIA no mezanino superior



Fonte: Anteprojeto da estação Brás.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

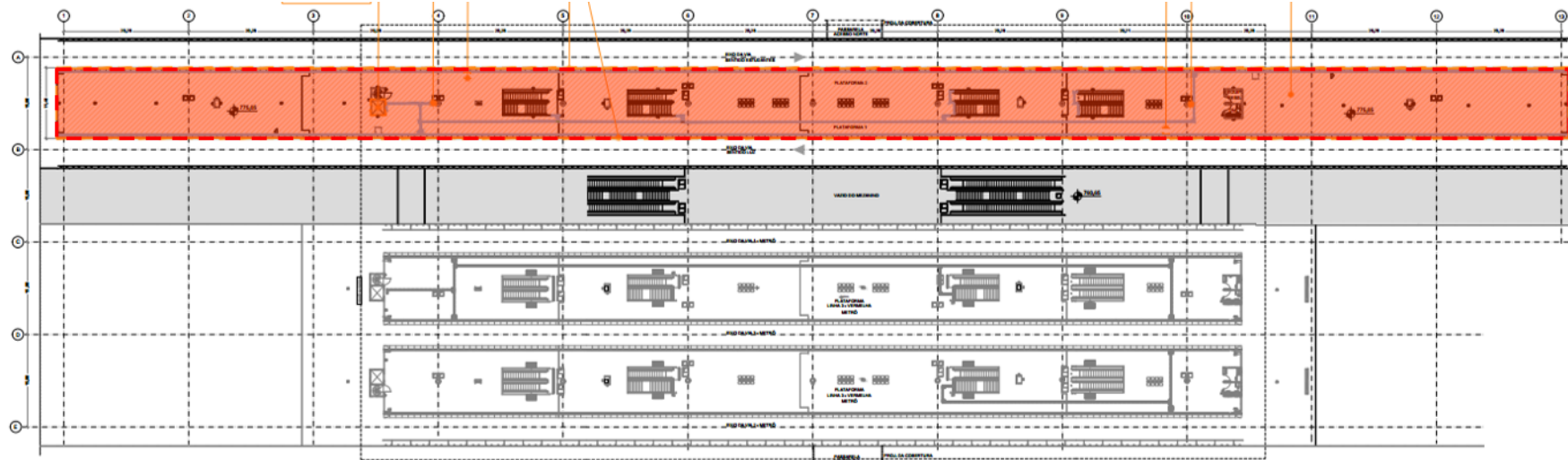
Figura 5: Estação Tatuapé – Limites (tracejado vermelho) das áreas sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA: Plataformas da LINHA 12-Safira (Azul) e plataformas da LINHA 11-Coral (vermelho)



Fonte: Anteprojeto da estação Tatuapé.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

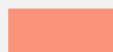
Figura 6: Estação Corinthians-Itaquera – Limites (tracejado vermelho) das áreas sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA: Plataforma da LINHA 11-Coral (vermelho)



LEGENDA:



LIMITE DA ÁREA DA CONCESSIONÁRIA

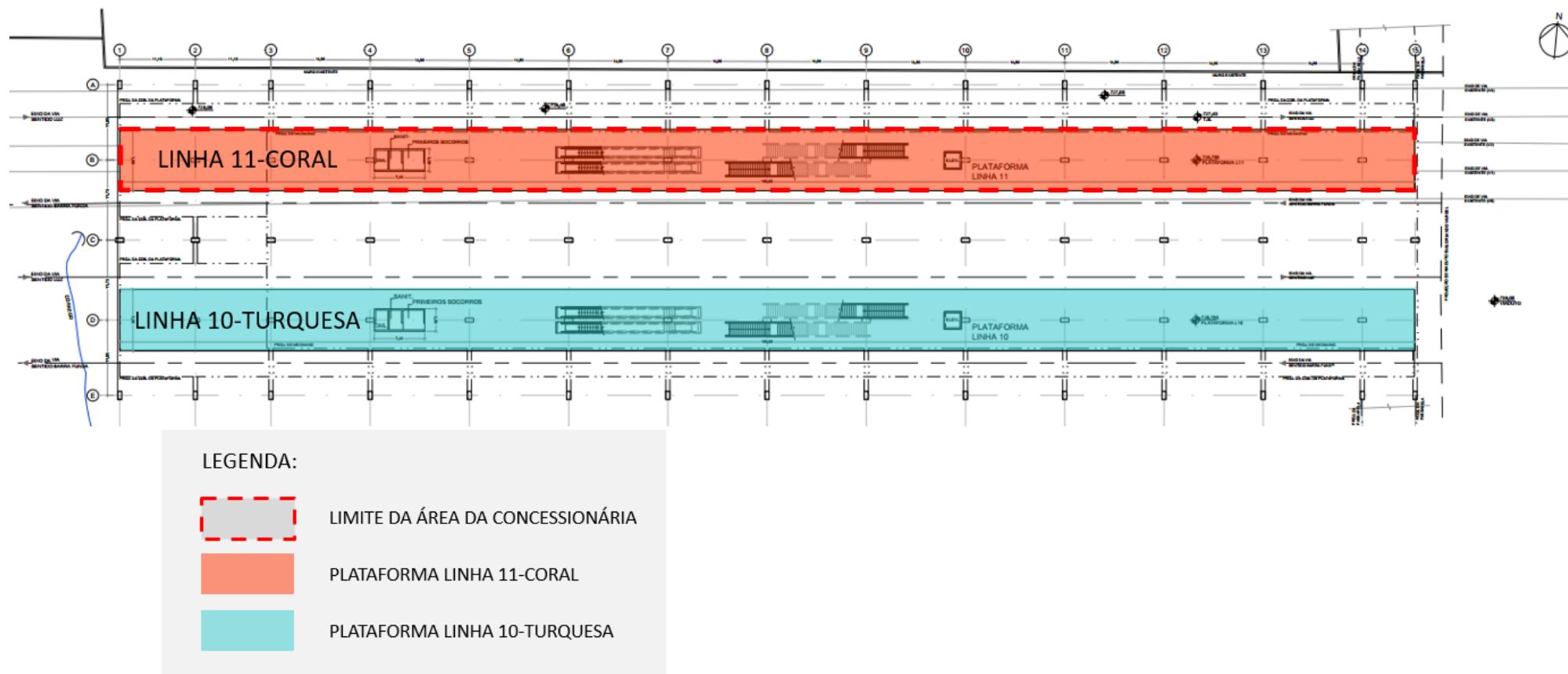


PLATAFORMA LINHA 11-CORAL

Fonte: Anteprojeto da estação Corinthians-Itaquera.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

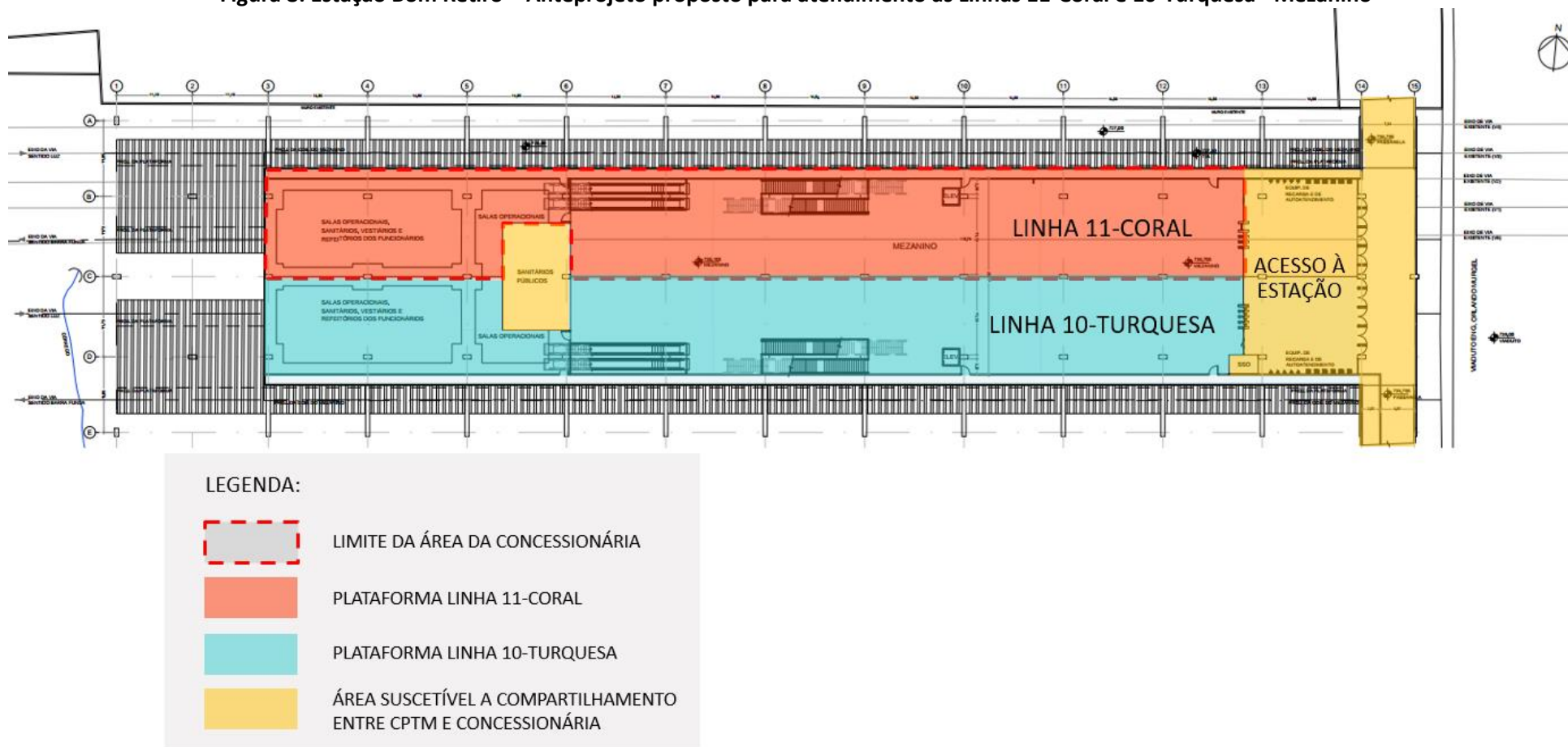
Figura 7: Estação Bom Retiro – Anteprojeto proposto para atendimento às Linhas 11-Coral e 10-Turquesa - Plataformas



Fonte: Anteprojeto da estação Bom Retiro. Ver apenso 02 do ANEXO II.A.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

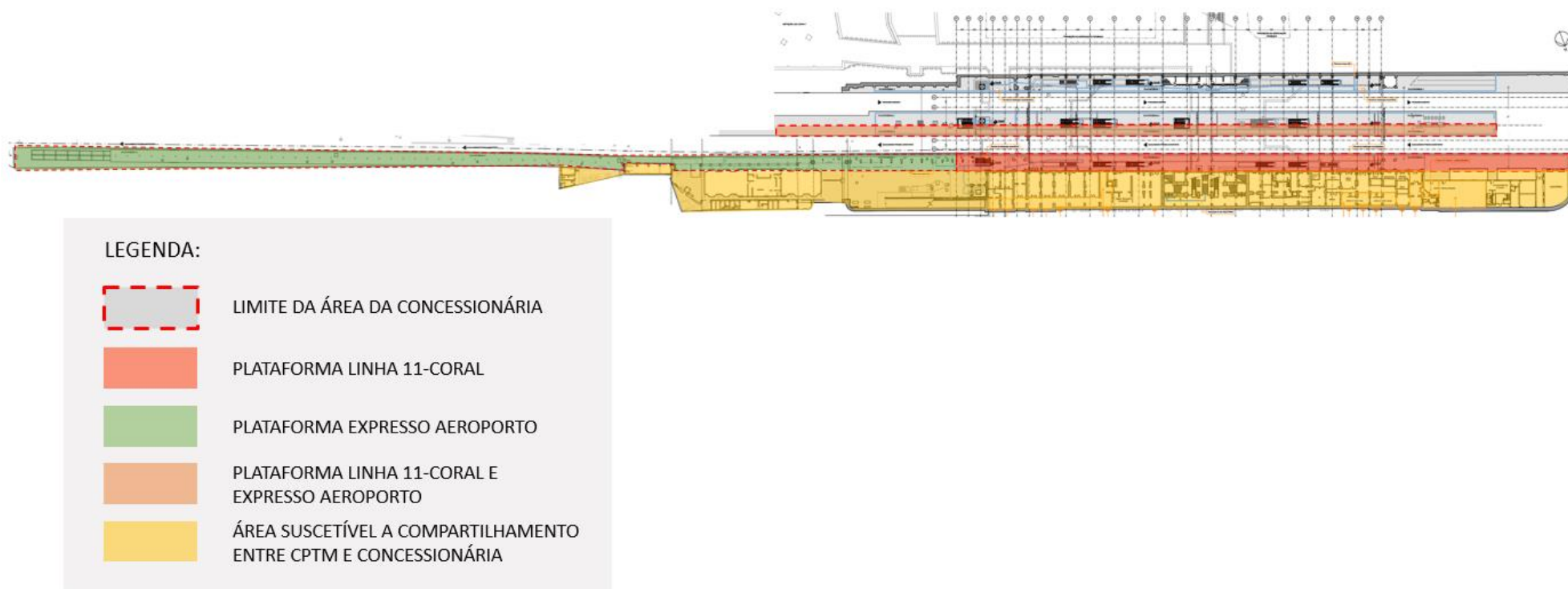
Figura 8: Estação Bom Retiro – Anteprojeto proposto para atendimento às Linhas 11-Coral e 10-Turquesa - Mezanino



Fonte: Anteprojeto da estação Bom Retiro. Ver apenso 02 do ANEXO II.A.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

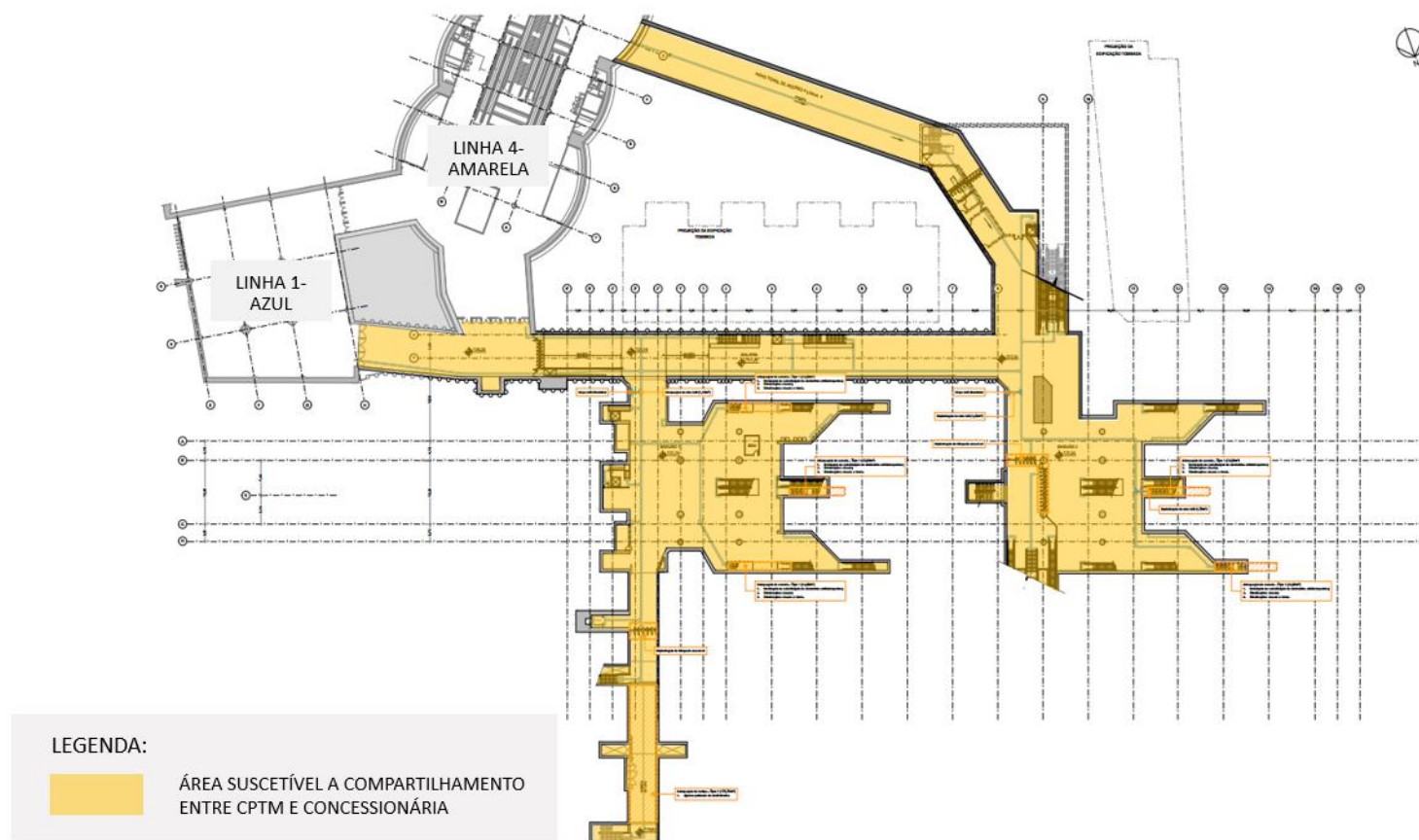
Figura 9: Estação Luz – Limites (tracejado vermelho) das áreas sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA: Plataforma do Expresso Aeroporto (verde), plataformas da LINHA 11-Coral (vermelho) e plataforma compartilhada entre Expresso Aeroporto e LINHA 11-Coral (laranja)



Fonte: Anteprojeto da estação Luz.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

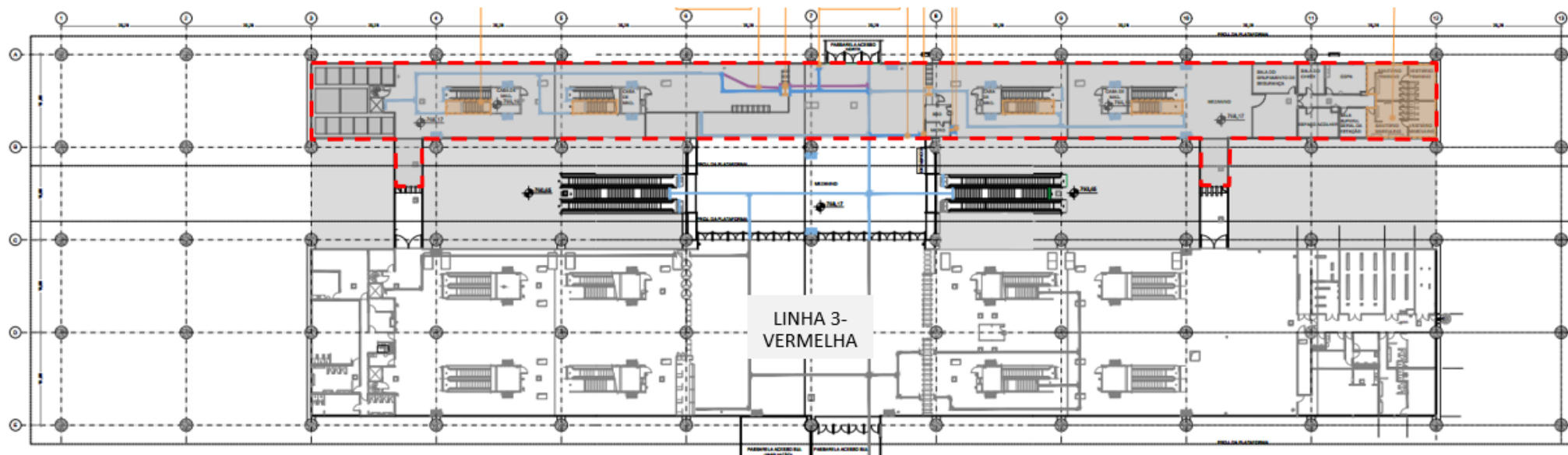
Figura 10: Estação Luz – Área (amarelo) suscetível a compartilhamento entre CPTM e CONCESSIONÁRIA no mezanino inferior



Fonte: Anteprojeto da estação Luz.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

Figura 11: Estação Corinthians-Itaquera – Limites (tracejado vermelho) das áreas sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA no mezanino.



LEGENDA:

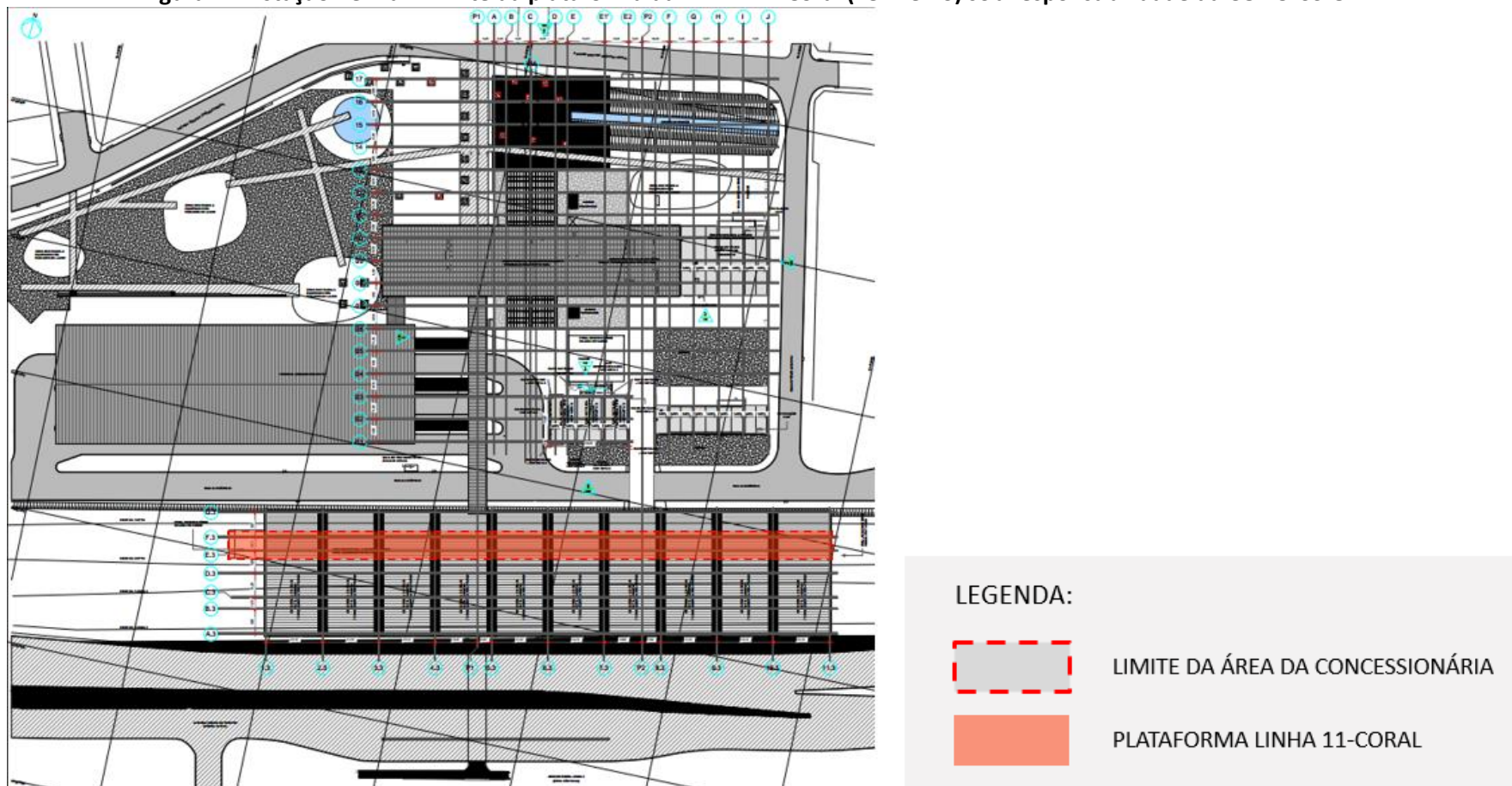


LIMITE DA ÁREA DA CONCESSIONÁRIA

Fonte: Anteprojeto da estação Corinthians-Itaquera.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

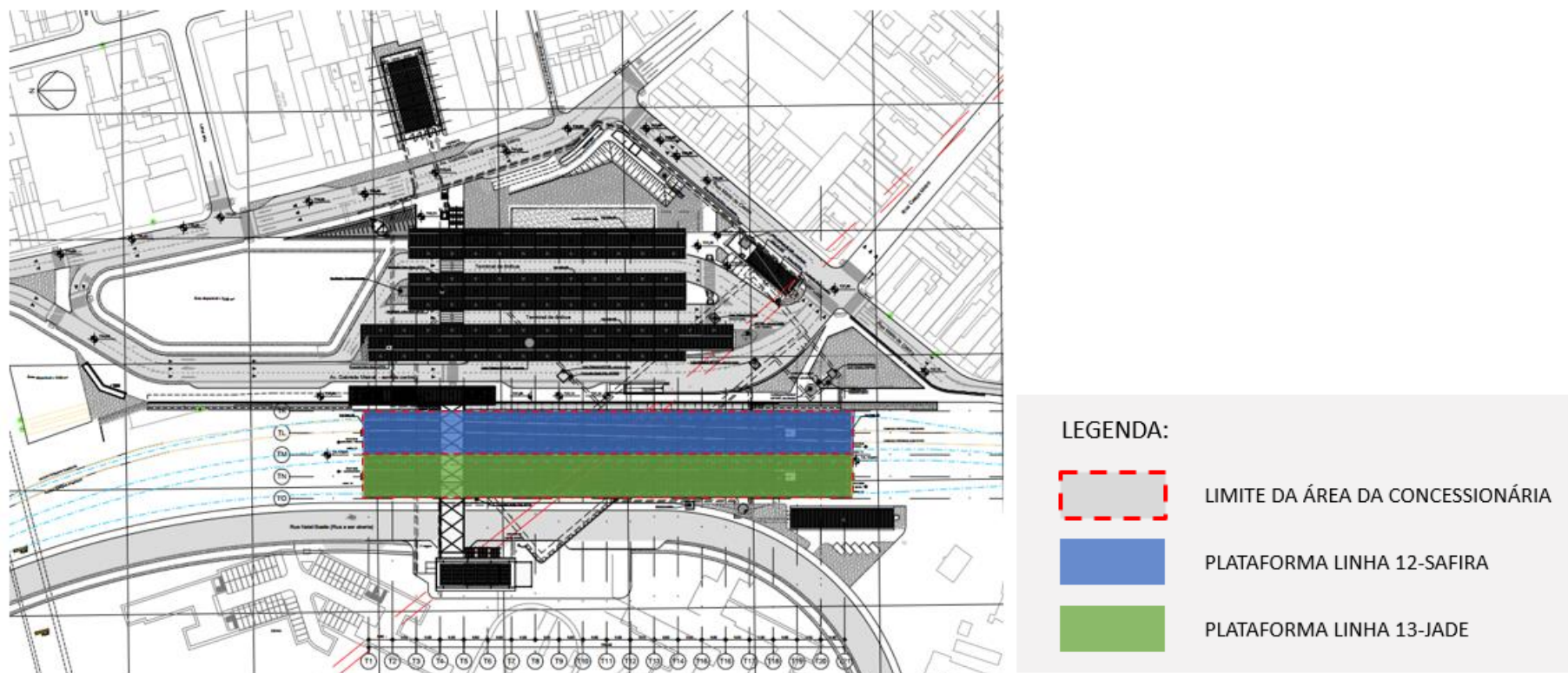
Figura 12: Estação Penha – Limite da plataforma da LINHA 11-Coral (vermelho) sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA



Fonte: Projeto executivo da estação Penha desenvolvido pelo METRÔ. Documento: DE-2.37.02.00/6B3-001.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP Linhas 11, 12 e 13

Figura 12: Estação Gabriela Mistral – Limite das plataformas das linhas 12-Safira (azul) e 13-Jade (verde) sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA



Fonte: Projeto básico da estação Gabriela Mistral desenvolvido pelo METRÔ.
Documento: DE-2.39.02.00/4B3-001.